

ESTADO DE SÃO PAULO

Coadjuvantes involuntários

Assumi, recentemente e pela primeira vez, um cargo no Poder Legislativo. A vivência no interior desta Casa de Leis me trouxe um diagnóstico diferente do estampado diariamente nos jornais.

A imprensa critica, com muita frequência, a jornada de trabalho dos congressistas. É uma forma simplista de ver a questão. No meu entender, o Legislativo precisa ser discutido dentro de um contexto muito mais amplo, de distorções maiores e mais sutis.

Existem, no Congresso Nacional, normas informais e formais de conduta, que controlam a sua ação. As deliberações sobre inclusão ou retirada de pauta, votação, apressamento, engavetamento e outros se fazem, em geral, de acordo com um jogo de interesses bem menos visível que um plenário esvaziado. Quando assuntos relevantes são discutidos, a palavra não é livre e, em geral, quem a usa expressa orientações acertadas previamente em gabinetes, dentro e fora do Congresso.

O parlamentar que chega, pela primeira vez, à Casa demora a compreender esses mecanismos. Participa de votações com resul-



"Política é a arte do possível" para quem negocia interesses pessoais

tados previamente definidos, sem possibilidade de interferência pessoal, e vê suas propostas serem incluídas numa ordem que as colocará em discussão após o término de seu mandato. Espanta-se com a avalanche de medidas provisórias que vigem desde a sua publicação e não são postas em discussão, ao mesmo tempo em que fica perplexo ao ver a imprensa — ressoando o Executivo — desmoralizar o

Congresso inteiro, por não as discutir, apesar dos insistentes pedidos nesse sentido, em plenário, feitos nos horários estabelecidos para deputado falar, mas não ser ouvido.

A mesma imprensa que denuncia a reduzida assiduidade dos parlamentares não informa com ênfase que, determinado dia, no Senado, com mais de 90% da Casa presente, foi posto em votação apenas um requerimento ou que a Câmara passa várias semanas sem discutir, em plenário, qualquer assunto de importância nacional, enquanto o País enfrenta problemas gravíssimos.

Espanta-me ainda a constatação de que partidos ou pessoas, considerados amantes da verdade e defensores de princípios e dos interesses mais básicos do ci-

dadão brasileiro, possam — dentro do lema, a meu ver cínico, "política é a arte do possível" — fazer concessões em assuntos essenciais que significam, de fato, flexibilização da coluna dorsal do País e renúncia dos seus verdadeiros interesses. Na realidade, "política é a arte do possível" para aqueles que negociam interesses pessoais, usando a confiança dos que os elegeram. A política deveria ser a atitude ética e imutável da defesa intransigente da cidadania, dos direitos do cidadão e interesses do País.

Devo dizer que grande número de deputados percebe e luta contra esse lamentável conjunto de coisas, cuja solução não depende só do Congresso. Surpreendi-me favoravelmente com a qualidade intelectual e integridade dos colegas com que tenho convivido e em quem tenho descoberto atributos não valorizados na Casa e na imprensa. Se tivessem melhores condições de trabalho, mais respeito por parte da imprensa e do Executivo e, ao mesmo tempo, maior controle social é transparência para suas ações, sem dúvida estariam aptos a cumprir patrioticamente o seu papel.

A desmoralização intencional do Parlamento — que, ousado dizer, corre o risco de ser fechado, pois não faltam intenções relevantes para isso — não está no número de cadeiras vazias, que, diga-se de passagem, têm estado cheias. Um cartão de ponto resolveria definitivamente o pro-

blema. Está, sim, em consentirmos no prosseguimento do jogo do "faz-de-conta", em que o eleitor pensa que elege um representante e boa parte dos eleitos imagina estar legislando, enquanto alguns poucos manipulam habilmente o cenário político do País, sem se preocupar com o povo e com os interesses nacionais.

O Congresso terá permissão para funcionar enquanto formas coadjuvantes involuntários dessa farsa e a Casa estiver fragilizada para não exercer na plenitude o Poder Legislativo. O fórum público e transparente, que é a essência da democracia e que ingenuamente eu esperava encontrar, foi transformado, ao longo dos anos, prioritariamente, num escritório de acertos. A agora transmutada em balcão. Sem a sua recuperação não teremos desenvolvimento.

É bom não esquecer que a solução para a crise nacional está numa relação madura e patriótica entre um Executivo, convencido de que deve mudar o rumo político e econômico do País, que está equivocado, e um Congresso forte, que, sendo capaz de fugir do maniqueísmo e do fisiologismo, interaja com o Executivo para colocar o País no caminho do desenvolvimento real e sustentado.